



BEATRIZ FREIRE PIMENTA

**MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DO
PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL
SOB UM VIÉS DE GÊNERO**

LAVRAS-MG

2021

BEATRIZ FREIRE PIMENTA

**MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA:
ESTUDO DO PLANEJAMENTO DO
ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL SOB
UM VIÉS DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública,
para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz

LAVRAS – MG

2021

BEATRIZ FREIRE PIMENTA

MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL SOB UM VIÉS DE GÊNERO

WOMAN IN PUBLIC MANAGEMENT: ESTUDY OF MUNICIPAL PUBLIC BUDGET PLANNING UNDER A GENDER BEND

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 8 de junho de 2021

Dra. Camila Maria Risso Sales

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz

LAVRAS – MG

2021

RESUMO

O trabalho tem o intuito de descrever o planejamento orçamentário de quatro municípios da microrregião de Lavras-Mg a partir de um viés de gênero. A pesquisa foi feita com base no trabalho de Funk, Philips (2019) que discorre sobre a diferença de alocar recursos entre uma gestão feita por mulheres e outra feita por homens. De acordo com a tese, mulheres tem uma tendência maior de alocar gastos em áreas ditas sociais como Saúde, Educação e Assistência Social e homens têm uma alocação maior em áreas como Obras, Esporte e Lazer e Agricultura. A partir disso, o presente estudo buscou descrever os gastos das funções governamentais relacionando-os com a participação feminina tanto como chefe do executivo quanto na Câmara Municipal a fim de entender se realmente as mulheres têm essa tendência de alocação em áreas sociais. Para a coleta de dados foram feitas buscas nos sites oficiais das Prefeituras Municipais e site oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, esses dados foram organizados em quadros e tabelas a fim de entender qual a média percentual alocada em cada função governamental e analisar o percentual a partir do contexto de participação feminina no município. Foi encontrada como resultado uma certa tendência de alocação maior em áreas como Saúde, Educação e Urbanismo em municípios com maior participação feminina e maior alocação em Esporte e Lazer e Agricultura em municípios com homens chefiando o executivo.

Palavras Chave: Participação Feminina, Orçamento Público, Função Governamental

ABSTRACT

The work aims to describe the budget planning of four municipalities in the Lavras-Mg microregion from a gender perspective. The research was based on the work of Funk, Philips (2019), which discusses the difference in allocating resources between a management carried out by women and another carried out by men. According to the thesis, women have a greater tendency to allocate expenditures in so-called social areas such as Health, Education and Social Assistance and men have a greater allocation in areas such as Works, Sports and Leisure and Agriculture. Based on this, the present study sought to describe the expenditures of government functions, relating them to female participation both as chief executive and in the City Council in order to understand whether women really have this tendency to allocate to social areas. For data collection, searches were made on the official websites of the City Halls and the official website of the Court of Accounts of the State of Minas Gerais, these data were organized in tables and tables in order to understand the average percentage allocated to each government function and analyze the percentage based on the context of female participation in the municipality. As a result, a certain tendency towards greater allocation was found in areas such as Health, Education and Urbanism in municipalities with greater female participation and greater allocation in Sport and Leisure and Agriculture in municipalities with men heading the executive.

Keywords: Women's Participation, Public Budget, Government Function

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. Trajetória das mulheres nas instituições políticas.....	9
2.2. Implicações do aumento da representação das mulheres na gestão local.....	12
2.3. Orçamento e gasto público municipal.....	16
3. METODOLOGIA	20
3.1. Amostra e objeto de estudo.....	21
3.2. Coleta e análise de dados	23
4. RESULTADOS	25
4.1. Análise do orçamento do Município de Lavras	27
4.2. Análise do orçamento do município de Nepomuceno	30
4.3. Análise do orçamento do município de Ribeirão Vermelho.....	32
4.4. Análise do orçamento do município de Itutinga.....	35
4.5. Análise geral do orçamento dos municípios a partir do contexto da participação feminina como chefe do executivo e na Câmara Municipal.	37
5. CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

A evolução da mulher brasileira no mercado de trabalho perpassa por fases históricas que vão desde os anos 1970, época marcada pela ditadura e característica de um feminismo fortalecido que vem com uma luta pela necessidade do trabalho segundo (Wolf,2015), até a década de 2010, em que é vista a figura feminina conquistando postos de liderança nas mais diversas instituições. Contudo, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (2018), as mulheres ainda ocupam apenas 38% dos cargos de gerência, o que demonstra uma predominância masculina nas carreiras de comando.

Apesar da pouca participação feminina e dos grandes entraves na ascensão de suas carreiras, os estudos apontam que as mudanças geradas pela globalização da economia têm ocasionado uma busca por líderes com maior networking, com grande capacidade de resolução de conflitos, com ênfase nas relações interpessoais e na comunicação, estereótipos esses que são tradicionalmente vistos como femininos (COUTINHO,2011).

Nesse contexto, é possível perceber que o setor privado está se moldando e a mulher tem um papel importante nesse período. No que diz respeito ao setor público, é possível encontrar as primeiras lutas feministas em meados de 1920 como o ativismo sufragista que coloca em xeque a questão do voto e da participação das mulheres nas eleições. Nesse momento, surgem mulheres como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, as quais lideraram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a Liga contra o analfabetismo, respectivamente. Maria Lacerda foi muito importante na história da luta política feminina, uma vez que propunha o acesso ao voto de todas as mulheres, não somente daquelas que possuíam magistratura (ÁLVARES,2014).

A partir de 1932 as mulheres passam a ter o direito de voto, mas a constituição propunha que o voto não era obrigatório para elas, e na época os homens que decidiam se a esposa podia ou não votar, portanto, mesmo com a constituinte versando sobre o sufrágio universal elas ainda não tinham seu total direito político. Foi somente no ano de 1965 que o código eleitoral universalizou o voto equiparando os sexos (LIMONGI,OLIVEIRA, SCHIMIT,2019).

Desde os anos 1920 com a luta de Bertha Lutz foi possível a eleição da primeira prefeita mulher da história da América Latina, essa mulher era Alzira Soriano que se elegeu prefeita do Rio Grande do Norte (ENGLER,2019). Desde então, a luta feminista e as reformas gerenciais contribuíram para que as mulheres ocupassem cargos políticos sendo eles de uma maior responsabilidade e exigência técnica por méritos, contrariando a Administração Pública

patrimonialista e o coronelismo que sobressaía o poder de influência do homem (SOUZA, SIQUEIRA, BINOTTO, 2011).

Em 2003 o governo Lula criou a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) que tinha como objetivo a promoção da igualdade entre homens e mulheres na política. Desde então, foram sendo criados programas como o Mais Mulheres na Política em 2013, o qual buscava debater sobre a participação feminina na política, em uma pesquisa feita pelo programa foi constatada que a população era a favor de uma reforma política que incluía a mulher nas candidaturas para o executivo e legislativo (COELHO,2014).

De acordo com Funk, Philips (2019) a mulher prefeita pode ter uma maneira de gestão diferente do homem, como por exemplo, na alocação de despesas. A forma como ela compõe o gasto público pode ter uma representatividade maior nas áreas de saúde, educação e assistência social que são pautadas por eles como assuntos de interesse feminino e os prefeitos geralmente alocam mais recursos em áreas como infraestrutura, esportes e agronomia tidos pelos autores como áreas de interesse masculino. Além disso, esses autores afirmam que a presença de mulheres nas câmaras municipais também é um fator relevante para se entender como é composto esse gasto.

A partir dessa tese, torna-se interessante estudar a influência do gênero em questões de gestão pública, bem como, a eleição de mulheres e governança feminina, que ainda é um tema pouco explorado.

Portanto, esse trabalho tem o intuito de responder a seguinte questão: Quais as características do orçamento público em diferentes contextos de participação feminina nos poderes Executivo e Legislativo? Ao longo do trabalho propõe-se analisar a diferença de planejamento do orçamento público, com base na tese de Funk, Philips (2019), analisando os valores alocados por função de governo em municípios com prefeitas e prefeitos, levando-se em conta também a representatividade feminina na Câmara Municipal.

A análise será feita em municípios da Microrregião de Lavras -MG, região bem localizada, próxima à rodovia Fernão Dias e cento e noventa e três quilômetros da capital Belo Horizonte. Além de ser conhecida por ter a terceira melhor Universidade Federal do estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Como o trabalho busca cruzar dados políticos e orçamentários o levantamento de dados foi feito a partir de informações advindas dos sites das Prefeituras Municipais e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ao final, esses dados cruzados buscam comprovar ou reprovar hipóteses tais como: a representação feminina traz uma alocação maior de recursos em

áreas sociais, como Saúde, Educação e Assistência Social? A gestão de recursos públicos se diferencia baseada no gênero que ocupa cargos de liderança?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção são apresentados os principais conceitos e teorias relacionadas à pesquisa proposta, sendo dividida em três subseções. A primeira subseção trata de um relato histórico da trajetória das mulheres nas instituições políticas. A segunda subseção fala sobre as implicações do aumento da representação de mulheres na gestão local, já a terceira subseção, trata sobre o orçamento e gasto público municipal.

2.1. Trajetória das mulheres nas instituições políticas

Para se estudar as instituições políticas é preciso, primeiramente, fazer uma contextualização dos direitos políticos. A Revolução Francesa é um marco importante da cidadania, em que os cidadãos franceses conquistaram, com muita luta, os direitos de igualdade, fraternidade e liberdade. Esses direitos foram firmados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e inspirou diversas constituições de países democráticos pelo mundo (PAINÉ, 2019).

A partir da Revolução o cidadão é colocado como parte integrante do poder soberano, o voto é uma forma de exprimir um contrato entre o indivíduo e a sociedade. Ainda que se tenham conquistados os direitos políticos, o indivíduo eleitor era somente aquele que possuía dinheiro para o pagamento de impostos (BACKER, 2017)

Segundo Menuci (2018) a construção da cidadania e conquista dos direitos políticos foi excludente não só com os cidadãos mais pobres como também com as mulheres. Nesse cenário, surgem importantes ativistas como Olympe de Gouges que lutou a favor da participação política feminina e do direito a cargos públicos na França de 1789. Ela lançou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã influenciando diversas mulheres a lutarem por seus direitos (BARBOSA, 2019).

Essa contextualização é interessante por mostrar que desde o período de maior conquista de direitos as mulheres foram excluídas do meio político. Contudo, desde a luta de Olympe o movimento feminista cresceu no mundo todo e se dividiu em três ondas (DE OLIVEIRA, 2014).

A primeira onda ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX que perdurou no mundo todo e se destacou pelo movimento sufragista. A segunda, entre os anos 1960 e 1980, na qual as mulheres exigiam igualdade e denunciavam a opressão masculina. A terceira onda

que ocorreu entre os anos 1990 a 2000, foi um momento de luta mulheres trabalhadoras, negras e lésbicas (ALMEIDA,2019; GALETTI,2014; MONTEIRO,2017).

Como consequência de todo o movimento feminista em prol da mulher na política, a figura feminina foi conquistando os seus lugares nos mais diversos países. Angela Merkel foi nomeada chanceler da Alemanha em 2005, Michelle Bachelete foi a primeira mulher a conseguir o cargo da presidência no Chile em 2006, Cristina Fernández de Kirchner também conseguiu a presidência na Argentina em 2007, Hillary Clinton que se destacou nas eleições presidenciais de 2008 e Dilma Roussef que foi a primeira mulher eleita para a presidência da República do Brasil em 2011 (CORREA,2014; HOLTZ-BACHA,2013).

A eleição de Dilma é um marco histórico na luta das mulheres brasileiras pela participação na política de acordo com Monteiro; Grubba (2017) . Contudo, a partir de relatos históricos é possível perceber que na época do Brasil colônia já existiam mulheres que tomavam posse em cargos políticos (SILVA,2012).

Ana Pimentel, mulher do donatário Martim de Souza, passou a liderar a capitania de São Vicente a partir de 1534. A necessidade de seu marido viajar até as Índias fez com que Ana tomasse posse como donatária e de acordo com os relatos ela fez uma boa gestão na capitania. Para que São Vicente prosperasse ela apoiou a entrada de gado bovino nas terras, teve participação na fundação do hospital de Misericórdia, adotou o cultivo de trigo na região e se destacou pelo desenvolvimento do arroz e introdução da laranja (BOLEO,2013).

A oportunidade de Ana participar da política foi através do poder de seu marido, o que não diminui a importância que ela teve para a capitania. Já no Brasil império as mudanças na economia, política e sociedade abriram um espaço para novas ideias e é nesse contexto que as mulheres passam a se mobilizar (TELES, 2018).

Dentre mulheres que se destacaram está Anna Rosa Termacsics do Santo, estrangeira que viveu no Brasil nos anos de 1863 e inspirada no movimento feminista de Olympe de Gouges na Revolução Francesa propôs uma luta no Brasil a favor da participação e eleição das mulheres. Ela publicou o “Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar” o qual contribuiu bastante na formação e educação de meninas daquele tempo (RIBEIRO, 2017).

Contudo, a época do império era dominada pelo machismo, e mesmo que mulheres como Anna propusessem novos modelos para política, a figura feminina não era aceita como um ser ativo na vida pública (SOUZA,2018).

Nesse sentido, uma das únicas mulheres a possuir real poder político foi a Princesa Isabel que regeu o país na ausência de seu pai. A frente do trono a princesa assinou a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888) grandes marcos da época. Ressalta-se que a influência masculina existia por trás desses atos, mas Isabel foi uma grande apoiadora dos grupos abolicionistas e suas ações tiveram consequências positivas para a substituição do regime pelo republicano (BARMAN,2005).

O período republicano foi marcante pela inquietude feminina quanto a sua participação na política. Em 1914 Leolinda Daltro liderou a fundação do Partido Republicano Feminino o qual pregava a ativa presença das mulheres. Partido formado somente por mulheres as quais eram intituladas de “sufragetes”, por iniciarem um movimento em prol do sufrágio universal (KARAWEJCZYK, 2014).

O movimento sufragista tomou corpo a partir da formação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922 por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Era um movimento que teve como vanguarda mulheres da classe média alta, estudadas e com algum tipo de relação a nomes masculinos na política. Esse movimento usou como estratégia o confronto direto com o sistema, as mulheres faziam pronunciamentos, iam até a imprensa e constituíam grupos de luta (MENDES,2016).

Após dez anos de luta a constituição de 1932 intitulou o sufrágio do voto, porém as mulheres ainda ficavam à margem, diante de inúmeras imposições para sua participação. Nesse contexto, Bertha Lutz apoiada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e Natércia Silveira líder da Aliança Nacional de Mulheres, participaram da comissão organizadora da nova constituinte de 1934 de forma a garantir os direitos iguais entre homens e mulheres (SANTOS,2017).

A partir da constituição, Carlota Pereira de Queiroz é eleita a primeira mulher deputada federal do Brasil. A sua carreira na política era algo inovador, alvo de muitas críticas e o boicote as suas ações era constante. Carlota apoiou-se no movimento feminista para continuar no cargo e no momento de sua saída pôde perceber que a política e o feminino se excluía, que ainda era preciso muita luta para que a mulher fosse plenamente aceita (SCHPUN, 2015).

Após esse período de conquistas, o país passou pela ditadura do Estado Novo, em que o Congresso Nacional foi fechado de 1937 a 1945. Diante disso, a luta feminista foi recuada voltando a ter forças a partir de 1946 em que a constituinte deliberou sobre o voto obrigatório das mulheres (VIOLA, 2019).

Com as mudanças e conquistas elas foram se adaptando ao espaço político e aos poucos votavam e eram votadas. Contudo, a representação ainda era baixa e a sociedade não aceitava muito bem ter a mulher na política. Essa situação foi sendo modificada a partir da constituição democrática de 1988, que versa sobre a igualdade política entre mulheres e homens (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018).

O ano de 1988 é um marco na história do Brasil, a democracia passa a se fortalecer e o discurso político torna-se mais abrangente para todos os grupos da sociedade. A inserção da mulher no espaço público é uma forma de reforçar essa democracia, uma vez que a luta inspira e encoraja mulheres de todas as etnias e classes sociais a se apropriarem do seu lugar de fala na política (GOHN, 2007).

Nancy Fraser, estudiosa da democracia, em uma de suas obras explica sobre os contrapúblicos subalternos, que são aqueles grupos que mesmo não sendo a “elite” da sociedade conseguem através dos movimentos pertencer à democracia. Dentro desse público ela aloca as mulheres, as quais ainda são subjugadas, mas a partir do movimento feminista constroem ligações que permitem que demandas de diversas classes cheguem às instituições políticas, fortalecendo a democracia (SILVA, 2013).

Entender a trajetória da mulher na política é necessário para poder perceber que a figura feminina nos cargos públicos molda percepções importantes da própria classe feminina. A representação significativa diminui a percepção de inferioridade, mulheres no governo aumenta a confiança das demais e reforça o envolvimento delas na política (ALEXANDER, 2012).

As mulheres brasileiras correspondem a 52% do eleitorado, de acordo com o Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE, 2018). Vê-las assumindo cargos no executivo e legislativo é a consolidação de uma luta histórica. Entender a gestão pelo olhar feminino é algo novo e desafiador, podendo ter consequências positivas para a administração pública federal, estadual e municipal (FUNK, PHILIPS, 2019).

2.2. Implicações do aumento da representação das mulheres na gestão local

A administração pública municipal é um eixo de estudo importante no que diz respeito ao desenvolvimento do país como um todo. É no âmbito local que os anseios da população são ouvidos, sendo a gestão municipal a porta voz dos cidadãos e seus interesses posteriormente poderão ser incluídos nas agendas políticas dos gestores estaduais e federais (DOS SANTOS; TAFFAREL, 2013).

A partir da constituição de 1988, o número de emancipações aumentou em 35,1 %, de acordo com a plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano (2015). Além dessa maior municipalização, a constituinte deliberou sobre uma ampliação da autonomia política, financeira e administrativa dos municípios (DE RESENDE,2019).

Nesse sentido, em questões relativas à sua organização, o município é deslocado da ordem estadual de acordo com Pires (2019). Contemplando o autogoverno, o município tem como responsabilidades a formação da Lei Orgânica, a organização de eleições para as escolhas dos representantes, a livre autonomia na estrutura interna da gestão e a função de arrecadar e aplicar os tributos municipais (CORRALO, 2016).

É perceptível como as funções dos (as) gestores (as) ficaram mais complexas a partir da federalização. Nesse contexto, torna-se interessante estudar as formas de gestão a partir do viés de gênero, de modo a ter inovações nos estudos, entender se a gestão feminina trás ou não diferenciações para a administração pública local e se as mulheres eleitas governam em prol da classe feminina (FUNK, PHILIPS, 2019).

O modelo de competição eleitoral de Downs (1957) é uma das teorias que refuta essas hipóteses. Dessa forma, o que os candidatos têm de preferência não deve influenciar nas suas políticas públicas, o que realmente induz a forma de governar, quais devem ser as ações e as preferências do eleitor mediano, aquele que não irá se rebelar contra o candidato.

A hipótese de Downs (1957) é definida a partir de cinco postulados, os quais, resumidamente, dissertam sobre o candidato estar no cargo público somente para satisfazer o seu ego e angariar mais votos em uma futura eleição. A partir disso, ele conclui que candidatos e partidos políticos não se elegem para fazer determinadas políticas ou atender a anseios de um grupo, e sim na tentativa de maximizar os votos.

Um estudo feito por Ferreira e Gyourko (2014) nos Estados Unidos demonstra que o gênero não influencia na gestão de gastos e políticas dos municípios. Os resultados das pesquisas concluíram o teorema do eleitor mediano de Downs, visto que a média dos eleitores ficaram satisfeitos com uma economia estável e prestação de serviços básicos, e não se preocuparam com políticas sociais, como redução de armas e aborto. Sendo assim, os (as) gestores (as) não tiveram ações voltadas a uma classe específica.

Desse modo, infere-se que a eleição de um homem ou de uma mulher não faria diferença na forma de gestão. Uma vez que qualquer candidato que se propõe ao cargo no executivo busca mais poder, e políticas que sejam ótimas para qualquer segmento da sociedade.

Por outro lado, Orsbone and Slivinski (1996) e Besley and Coate (1997) formulam a teoria de cidadão-candidato. O cerne da pesquisa é compreender o funcionamento das corridas eleitorais e qual a influência delas nas políticas adotadas pelo candidato ganhador.

O processo de escolha da candidatura é mensurado pelo custo de uma campanha e o benefício de se implementar uma política de sua preferência. A ideia da teoria de cidadão-candidato é que a pessoa que se candidata carrega consigo anseios e preferências de sua face cidadã, e sendo eleita ela pode coloca-las em prática (ORSBONE; SLIVINSKI, 1996; BESLEY; COATE,1997)

Esse modelo tem uma implicação na relação de gênero e política, uma vez que se entende que as mulheres têm preferências diferentes. Elegê-las pode fazer com que municípios tenham experiências diferentes, tanto na aplicação de recursos para políticas, quanto na própria gestão pública (RAMOS,2014)

Nesse contexto, Chattopadhyay e Duflo (2004) relatam uma experiência sobre a influência da liderança feminina na Índia. Desde 1990 um terço dos cargos de conselhos de aldeia foram reservados para as mulheres e, a partir dessa época, pode-se perceber uma mudança na gestão.

Questões relativas à água potável e oportunidade de trabalho passaram a ser incluídas nas pautas das reuniões. As mulheres defendiam a necessidade básica de ter água potável para que o núcleo familiar pudesse se desenvolver, além disso, os postos de trabalho trariam outras oportunidades para elas além da tarefa doméstica (CHATTOPADHYAY, DUFLO,2004)

A ideia da mulher quando eleita promover gastos e políticas referentes a questões femininas também é analisada por Meier e Funk (2017). Em uma pesquisa feita no Brasil os autores procuram entender se o aumento na representação feminina, aumenta também o acesso delas a cargos de liderança, assim como compreender se a gestão de uma mulher é mais voltada para interesses femininos.

A partir dos resultados foi possível perceber que políticas de apoio as vítimas de violência doméstica, prestação de serviços de saúde, assistência social, creches e ações referentes a igualdade de gênero foram mais presentes em municípios onde há uma maior representação de mulheres vereadoras e prefeitas (MEIER; FUNK, 2017).

Nesse contexto, Brollo e Troiano (2016) mostram diante de uma pesquisa feita nos municípios brasileiros, que as mulheres fazem um melhor trabalho para atrair recursos. Nesse sentido, foi descoberto que elas atraem cerca de 60% a mais de transferências de capital do que os homens.

Além disso, foi notada uma maior preocupação das prefeitas com relação a saúde pré-natal, sendo o orçamento e recursos mais alocados nessa área. Outro ponto que deve ser levado em conta é que as prefeitas tendem a presar por melhores instalações educacionais, propondo maiores gastos nessa área (BROLLO; TROIANO, 2016).

Bolzendahl e Coffe (2009) estudaram essa lacuna de gênero sob um olhar da cidadania, mas os resultados são semelhantes aos citados anteriormente. Na pesquisa foi testado e observado como as mulheres e os homens entendiam e lidavam com os direitos políticos, civis e sociais.

No que tange aos direitos políticos, as visões eram semelhantes, tanto os homens quanto as mulheres tinham o mesmo entendimento de importância das responsabilidades dos cidadãos. Contudo, com relação aos direitos civis e sociais as mulheres se demonstraram mais preocupadas. Essa preocupação remete a forma como elas foram ensinadas a cuidar do lar e da família, espelhando assim, em uma necessidade de pensar mais socialmente (BOLZENDAHL; COFFE, 2009)

Como consequência do aumento de mulheres nos conselhos municipais em cidades norueguesas Bratton e Ray (2002) encontraram uma relação com um acréscimo de crianças sendo contempladas nas creches. Em 1979 uma maior representação feminina ocasionou um aumento de 10% de alunos atendidos pelas políticas educacionais nos anos iniciais.

Além do nível local as mulheres também fazem a diferença nas legislaturas estaduais. Kittilson (2008) mostra que uma maior participação feminina nas câmaras estadunidenses incluiu pautas femininas nas discussões e a licença maternidade foi estendida. Courtemanche e Green (2017) concluíram que ter mulheres presentes no legislativo altera a dinâmica dos gastos, o que pôde ser comprovado pelo aumento no gasto médio com cuidados de saúde. Koch e Fulton (2011) após pesquisas sobre política externa nos EUA entenderam que a presença feminina ocasiona uma diminuição nos gastos com armamentos de defesa e entram menos em conflitos internacionais.

O avanço das conquistas políticas das mulheres tem mostrado um novo olhar sobre a gestão pública. Homens e mulheres foram construídos socialmente de formas diferentes, além disso, as características naturais dos gêneros são divergentes. Sendo a mulher a figura de mãe, cuidadora e o pai de líder da família. Nesse contexto, a feminilidade, pode ser um diferencial na gestão pública local (RAMOS,2015)

Para tanto, se torna interessante estudar de que forma as prefeitas alocam os seus recursos, quais seguimentos elas priorizam, se a questão feminina é levada em conta nas

estratégias orçamentárias, quais são os setores que geralmente as prefeituras tem mais tendência a alocar as verbas e se a representação delas na câmara municipal tem relevância nessas questões (FUNK; PHILIPS, 2019).

2.3. Orçamento e gasto público municipal

A Administração Pública, em todas as suas esferas, é responsável por gerenciar e prover serviços à sociedade de modo que se tenha bem estar e desenvolvimento. Para que ela funcione de forma plena são necessárias algumas ferramentas de gestão que orientam as ações feitas pelos gestores e uma dessas ferramentas é o orçamento público (AFONSO,2016).

A estruturação da atuação da administração pública é dada pelo orçamento, visto que, ele filtra a viabilidade de execução das políticas públicas. Para um gestor colocar um projeto em pratica ele precisa se ater a disponibilidade dos recursos. Dessa forma, orçamento público é um instrumento que norteia o dinamismo da gestão (ABREU, 2015).

No âmbito municipal a constituição de 1988 trouxe uma maior autonomia, sendo possível os (as) prefeitos (as) decidirem com sua equipe qual a melhor forma de aplicar os recursos. Desse modo, ficou estabelecido que o município, deve seguir três instrumentos orçamentários, os quais são: Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O Plano Plurianual (PPA) oficializa os programas adotados pelo governo eleito, ele tem um período de quatro anos. A partir desse plano são apontados os objetivos, diretrizes e metas das políticas públicas. O PPA deve ser enviado ao legislativo até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato (LIMA,2020). O plano é uma forma de o governo ter bons resultados presando pelos princípios da administração pública (BANDELI,2018).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) intitula as metas e prioridades da gestão de acordo com o PPA, ela dispõe sobre quaisquer alterações na legislação tributária, pontua as políticas financeiras e de fomento. A LDO faz um planejamento detalhado orientando e precedendo a Lei Orçamentária Anual (LOA), todas as ações feitas na LOA devem ser previstas na LDO (LEITE, 2018; DA FROTA; MAIA; XAVIER;OLIVEIRA GOMES,2016).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) por sua vez, é o planejamento operacional da ação do governo a partir do que foi estabelecido nas leis anteriores. Durante o ano o gestor tem como base a lei orçamentária que fixará as receitas e despesas, de modo que ele se planeje para fazer as políticas e prestar os serviços para os cidadãos (MEDEIROS,2019).

O planejamento orçamentário dos municípios é um processo integrado entre o poder executivo e o legislativo, uma vez que esse último é quem revisa e autoriza as previsões feitas na LOA podendo os(as) vereadores (as) pedir revisão de algo que não acharem correto (SOUZA,2018).

Todo esse ciclo acontece de forma que se torne mais fácil e transparente a gestão, além dessas leis, o município deve seguir também o plano diretor o qual foi instituído pelo Estatuto das Cidades e estipula uma programação de longo prazo (GALIZA,2014).

Para que todo esse ciclo aconteça são necessários recursos, os quais podem ser próprios ou vinculados. De acordo com o Manual do Orçamento Público (2017) recursos vinculados são aqueles que tem uma vinculação com a origem e a finalidade dos recursos sendo sua aplicação para um fim pré-determinado. Já os recursos próprios o Manual conceitua como sendo aqueles que são de livre alocação entre origem e aplicação do recurso, podendo o gestor utiliza-los para quaisquer finalidades desde que dentro do âmbito de atuação do órgão.

As receitas públicas podem ser orçamentarias ou extra orçamentárias. As receitas extra são aquelas não previstas no orçamento, mas que compõem os cofres públicos e serão repassadas a terceiros. As receitas orçamentárias por sua vez, são previstas no orçamento e são os recursos disponíveis durante o período orçamentário (SILVA,2018)

De acordo com o Manual de Contabilidade Pública (MPCASP) as receitas orçamentarias devem ser classificadas de acordo com sua natureza, fonte, destinação dos recursos e indicador de resultado primário. Essas características formam códigos orçamentários que são usados durante o governo eleito

As receitas públicas podem ser de origem corrente ou de capital, de acordo com a forma como são elas chegam aos cofres públicos. As receitas correntes são aquelas provenientes de impostos, taxas, contribuições, receita patrimonial, transferências correntes. Já as receitas de capital são provenientes de alienação de bens, operação de crédito e amortização de empréstimos (NASCIMENTO,2015).

A partir da entrada desses recursos nas contas públicas os gestores devem seguir o planejamento orçamentário e alocá-los em educação, saúde, assistência social, infraestrutura e segurança(LEITE FILHO; FIALHO, 2015).

No que diz respeito à educação a constituição federal impôs que os municípios devem utilizar cerca de 25% da receita corrente líquida provenientes dos impostos os quais estão inclusos Imposto Predial Territorial (IPTU), Imposto sobre serviços (ISS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI),

Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Além desses impostos, existe o repasse do FUNDEB que é referente a 20% dos impostos recolhidas pela união estado e municípios (CRUZ,2019).

Na saúde a partir da lei complementar nº 141/2012 ficou instituído que os municípios devem aplicar cerca de 15% de suas receitas de impostos. O município deve ter um fundo municipal de saúde de forma que as transferências da união sejam feitas. Em 2006 ficou estabelecido o “Pacto pela Saúde” no qual os financiamentos são feitos por meio dos seguintes blocos: atenção básica, atenção de média e alta complexidade, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, gestão do Sus e investimentos (CABRAL, FERREIRA,2014).

Cada bloco de verbas é destinado para uma finalidade, o primeiro deve ser utilizado para tratamentos como tuberculose e diabetes, por exemplo, o segundo é destinado aos PSF’s e unidades que precisam de uma maior tecnologia, a vigilância e a farmacêutica são blocos responsáveis pela prevenção e tratamento dos cidadãos, e a gestão do SUS é responsável pela fiscalização e financiamentos (SIMÃO, ORELANO,2015)

Na assistência social os municípios têm um fundo orçamentário o qual recebe recursos de diversas fontes. As dotações orçamentárias são provenientes dos fundos estaduais e nacionais, dotações do próprio município, doações e convênios (DELGADO,2017).

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) Nº8.742/1993 esses recursos devem ser aplicados nos projetos sociais feitos pelo município, na aquisição de material permanente e de consumo, nas reformas e ampliações das instalações e no pagamento dos profissionais da área.

Com relação à infraestrutura e segurança os (as) prefeitos (as) usam das transferências voluntárias as quais são feitas como uma rede de cooperação entre os entes. Para que esse processo aconteça é necessária uma articulação política dos gestores em âmbito estadual e nacional, essas transferências são majoritariamente advindas de emendas parlamentares (COCOLO,2019).

O gasto público é financiado pelos tributos e deve ser bem gerido, os recursos devem ser usados com eficiência, de modo que a sociedade tenha serviços de qualidade sem que haja exageros ou desvios das verbas (COSTA,2015).

Dessa forma, fica clara a importância de se ter um planejamento orçamentário, uma vez que ele possibilita uma melhor gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, o estudo irá

entender como funciona esse planejamento orçamentário, como são vinculadas as receitas e despesas relacionando as diferentes formas de lidar com o orçamento público entre um prefeito e uma prefeita, assim como observar a influência que vereadoras têm nesse planejamento.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é teórica de caráter descritivo, uma vez que se propõe descrever e correlacionar as variáveis, de forma a vincular as diferenças de gênero e formas de gerir o orçamento público municipal.

Para que essa pesquisa seja feita foi preciso uma investigação documental a partir das despesas anuais fixadas de cada município, que estão disponíveis no site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ao estudar as despesas o objetivo é encontrar informações das despesas previstas para determinado ano. Com relação aos objetivos, o estudo é qualitativo-quantitativo, primeiro será feita uma identificação de qual gênero ocupa os cargos de prefeito(a) e vereador(a) na administração municipal dos municípios estudados e em seguida serão analisadas as despesas previstas para os anos de 2018, 2019 e 2020.

Ao final, esses dados serão cruzados de modo a comprovar ou reprovar hipóteses tais como: a representação feminina traz uma alocação maior de recursos em áreas sociais, como Saúde, Educação e Assistência Social? A gestão de recursos públicos se diferencia baseada no gênero que ocupa cargos de liderança?

A análise dos resultados será feita baseada na tese de Funk e Philips (2019) de que mulheres na gestão pública têm uma tendência de alocar mais recursos em áreas relativamente femininas como educação, saúde e assistência social e homens em áreas como urbanismo, agricultura e outros.

Inicialmente será identificado o gênero da pessoa que ocupa o cargo de prefeito (a), após essa análise será observada de uma forma mais detalhada a relação de mulheres nas secretarias e no legislativo em confronto com a previsão dos gastos.

A identificação dos cargos será feita com base nos estudos de Meier e Funk (2008), o qual busca entender quais são os cargos municipais e qual a porcentagem de mulheres que os ocupam. Para o presente estudo foram escolhidos os seguintes cargos: prefeito (a), vice-prefeito (a), vereadores (as) e secretários (as).

Dentre as secretarias serão estudadas as seguintes: Agricultura, Educação, Finanças/Fazenda e Planejamento, Meio Ambiente, Obras, Saúde, Desenvolvimento Social, Esportes Lazer e Cultura, as quais serão especificadas no Quadro 1.

Quadro 1: Secretarias e suas funções

Secretaria	Função
Agricultura	Estabelece as diretrizes do setor agropecuário, promove o desenvolvimento e busca recursos para melhoria.
Meio Ambiente	Compete a execução da política de meio ambiente observando o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental
Obras	Compete a execução e fiscalização de todas as obras do município, bem como, controle e fiscalização do solo em obras privadas
Saúde	Compete a administração e execução de todos os programas de saúde e vigilância sanitária.
Desenvolvimento Social	Compete a administração e execução dos projetos sociais do município, bem como assistência aos menos favorecidos.
Educação	Compete a organização e planejamento das atividades escolares, bem como atividades que promovam a educação da população como um todo.
Esporte, Lazer e Cultura	Compete a promoção de eventos culturais e esportivos assim como, a manutenção dos monumentos e festividades históricas do município.
Fazenda e Finanças	Exercer a administração tributária do município, promover as atividades orçamentárias e de controle dos gastos municipais.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (ZMITROWICZ,BUSCARO,MARINS,2013) e site da Prefeitura Municipal de Lavras-MG

3.1. Amostra e objeto de estudo

A amostra utilizada nesse estudo é a microrregião de Lavras- MG, que de acordo com o IBGE é composta por nove municípios, os quais são: Lavras, Carrancas, Ingaí, Ijaci, Itumirim, Itutinga , Luminarias, Nepomuceno e Ribeirão Vermelho, especificados na Tabela 1. A amostra escolhida é não probabilista por tipicidade, de acordo com Vergara (2010), esse tipo de amostra

depende exclusivamente de critérios do pesquisador, sendo assim, serão selecionados os elementos do público-alvo considerados relevantes. O objeto de estudo serão os gastos orçamentários das prefeituras dessas nove cidades no último ano de mandato 2016-2020.

A microrregião de Lavras é bem localizada, fica próxima à rodovia Fernão Dias e cento e noventa e três quilômetros da capital Belo Horizonte. A região é conhecida por ter a terceira melhor Universidade Federal do estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Lavras (UFLA). De acordo com dados do portal UFLA a universidade está entre as dez melhores da América Latina em educação e pesquisa, o que contribui de maneira positiva no desenvolvimento da microrregião.

Tabela 1- Dados geoeconômicos da microrregião de Lavras-MG

Município	Área Territorial Km	Nº de habitantes (estimada de 2020)	Porcentagem de pessoas empregadas (2018)	Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) anos iniciais/ IDEB anos finais rede pública (2017)	PIB per capita (2017)
Lavras	564,744	104.783	28,2%	6,3/ 4,7	24.341,66
Ijaci	105,246	6.610	25,1%	6,5 /4,5	51.827,58
Ingaí	305,591	2.776	12,4%	6,0/ 4,1	21.049,91
Carrancas	727,894	4.049	14,4%	6,8 /4,0	19.106,85
Itumirim	234,802	6.000	7,9%	6,8 /4,3	9.913,07
Itutinga	372,018	3.768	14%	7,0 /4,8	21.293,51
Luminárias	500,143	5.432	13,5%	7,4 /4,8	18.392,26
Nepomuceno	582,553	26.826	13%	6,6/ 4,4	16.427,33
Ribeirão Vermelho	49,251	4.047	22,1%	6,0 / 4,5	21.125,14

Fonte: IBGE cidades

De acordo com a Tabela 1 percebe-se que a maioria das cidades da microrregião não têm uma grande quantidade populacional, sendo Lavras a cidade com maior número de habitantes. Percebe-se também que o município de Ijaci tem um PIB relevante e que pode se levar em conta a presença de uma grande empresa na cidade.

No presente estudo todos os municípios serão analisados com relação a ocupação de cargos políticos, já o cruzamento de dados para comprovação ou reprovação das hipóteses será

feito com quatro municípios os quais são: Lavras e Nepomuceno, escolhidos por serem os dois maiores municípios, Ribeirão Vermelho e Itutinga por serem municípios bastante semelhantes de acordo com a Tabela 1.

3.2. Coleta e análise de dados

Inicialmente, para a coleta de informações a respeito de quais pessoas ocupam os cargos de prefeito(a) e se há vereadoras mulheres nos municípios foi feita uma busca no site das prefeituras e câmaras municipais das cidades estudadas, além de contato via telefone em que foi possível confirmar as informações colhidas nos sites.

Após essa análise foi iniciada a segunda etapa onde os dados foram coletados por meio do site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Esse site possui uma plataforma onde o cidadão tem acesso a todas as despesas anuais dos municípios por meio de planilhas eletrônicas.

A partir dessas planilhas foram aplicados filtros de modo a obter os dados necessários para a pesquisa. Nessa filtragem foi escolhido usar dados das despesas previstas para as seguintes funções: Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo. Após identificar cada função, foram escolhidas as despesas que estavam vinculadas a fontes de recursos ordinários de modo a obter um panorama mais assertivo uma vez que o gestor tem uma maior discricionariedade para com esses recursos.

Desse modo, foram analisadas a fonte de recursos com o código 100, intitulada na planilha do TCE por Recursos Ordinários, que é uma fonte própria e pode ser usada para qualquer função. Fonte com código 101, intitulada de Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados a Educação, a qual parte é relacionada aos recursos próprios da função educação e fonte de recursos com código 102 chamada de Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados a Saúde, que também tem uma parte relacionada aos recursos próprios da função saúde. Nas funções Saúde e Educação procurou-se usar recursos próprios não utilizando fontes de recursos como Fundeb na educação e Transferência Sus na Saúde.

De modo a organizar os dados por municípios foram montadas tabelas separadas para cada um deles para os anos de 2018, 2019 e 2020. Na tabela de Lavras, por exemplo, estavam o valor das despesas de cada função e ano de acordo com as receitas de fonte 100, 101 e 102.

Após a coleta desses dados por função foi identificado o valor total de despesas previstas advindas da soma das fontes 100, 101 e 102. Com isso foi obtido um valor total de despesas ligadas aos recursos próprios para todas as funções em cada ano do mandato.

Para se chegar ao dado final que é o percentual alocado por função foi feita uma regra de três simples da seguinte forma:

$$\begin{array}{l} \text{Soma das despesas das fontes 100,101 e 102 no ano Y} \longrightarrow 100\% \\ \text{Valor das despesas da função Saúde (exemplo) no ano Y} \longrightarrow X\% \end{array}$$

A partir dessa operação foi possível identificar a porcentagem gasta em cada função nos quatro municípios durante os anos de 2018, 2019 e 2020.

Para uma melhor visualização do leitor foram feitos gráficos contendo o valor gasto por função durante o mandato 2017-2020 em cada município, além de gráficos que mostraram a média percentual dos gastos por função.

A partir desses gráficos a descrição e análise de cada município foi feita com base na tese de Funk e Philips (2019) que intitulam as funções de governo Saúde, Educação e Assistência Social como sendo tipicamente femininas, que estarão destacadas em roxo, e as funções de governo Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo como sendo tipicamente masculinas que estarão destacadas em azul.

4. RESULTADOS

Os primeiros resultados extraídos dos sites das prefeituras municipais trazem um panorama geral dos cargos e da presença feminina na gestão dos municípios. Esses dados podem ser melhor visualizados no Quadro 2.

Quadro 2- Identificação dos cargos públicos

Município	Mulher Prefeita	Mulher Vice- Prefeita	Porcentagem de mulheres vereadoras	Porcentagem de mulheres nas secretarias municipais
Lavras	Não	Não	17,64%	70%
Ijaci	Não	Não	0%	33%
Ingaí	Não	Não	0%	66,6%
Carrancas	Não	Não	44%	50%
Itumirim	Não	Não	0%	57%
Itutinga	Não	Não	0%	61%
Luminárias	Não	Não	11,1%	40%
Nepomuceno	Sim	Não	0%	40%
Ribeirão Vermelho	Sim	Não	11,1%	50%

Fonte: Da autora (2021)

A partir do quadro 2 pode-se perceber que o número de mulheres prefeitas na microrregião é baixo, demonstrando a dificuldade que elas têm de conseguir cargos de liderança na gestão pública. Quando se trata dos cargos de vice-prefeitas e vereadoras a situação ainda se agrava, mostrando em cidades como Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga e Nepomuceno que nenhum desses cargos é ocupado por mulheres.

No que se refere às secretarias municipais é possível fazer uma análise mais detalhada observando quais as secretarias essas mulheres estão inseridas. Em Lavras a presença feminina está nas secretarias de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Educação, Meio Ambiente, Obras e Saúde. Ao todo são 10 secretarias e em sete delas tem-se mulheres à frente.

Em Ijaci as mulheres estão presentes na secretaria de Desenvolvimento Social, Educação e Finanças somando três secretarias entre as cinco existentes na cidade. Em Carrancas

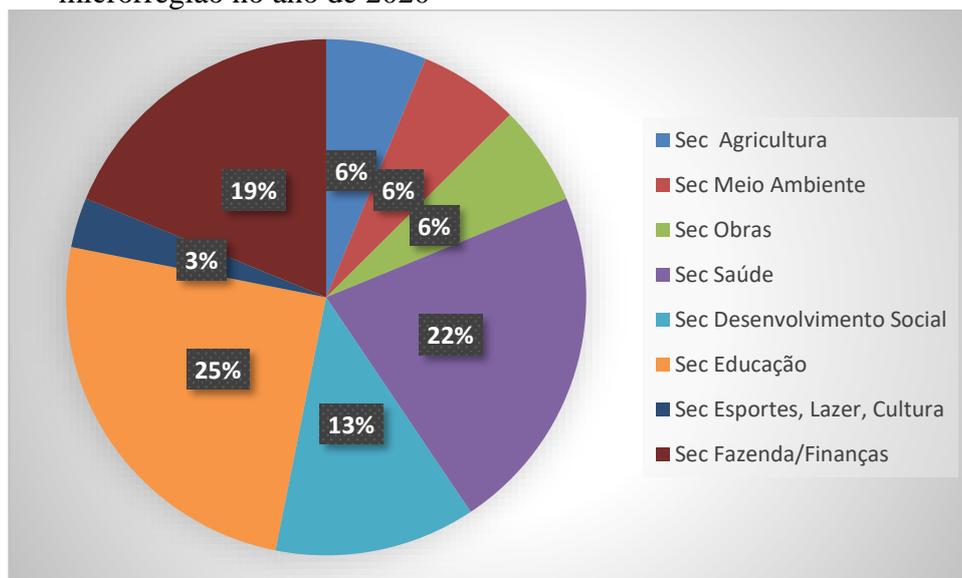
elas estão presentes na Secretaria de Educação, Assistência Social, Finanças, Agropecuária e Saúde, um total de cinco secretarias em nove. Itumirim, por sua vez, possui mulheres chefiando as secretarias de Administração e Fazenda, Educação, Saúde e Finanças totalizando quatro de sete secretarias.

Em Nepomuceno a presença feminina está nas secretarias de Fazenda, Educação, Saúde e Desenvolvimento Social somando quatro secretarias de um total de 10. Em Luminárias tem-se as secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social chefiadas por mulheres sendo duas em um total de cinco secretarias. Em Itutinga são ao todo 18 secretarias 11 delas são geridas por mulheres, as quais são: Secretaria de Administração, Secretaria de Esporte, Lazer, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Cultura, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Turismo, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Habitação.

Ribeirão Vermelho possui seis secretarias e três delas as mulheres estão presentes, as quais são: Secretaria de Saúde, Assistência Social e Educação. Por fim, Ingaí tem as mulheres à frente das secretarias de Obras, Recursos Humanos, Saúde e Educação.

A partir desses dados é possível ter um panorama de quais secretarias a presença feminina é mais representativa. Isso pode ser evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1- Percentual de mulheres ocupando cargo de chefia nas secretarias municipais da microrregião no ano de 2020



Fonte: Da autora (2021).

A partir desse cenário geral serão analisados os planejamentos orçamentários, com base na tese de Funk e Philips (2019), para os anos de 2018, 2019 e 2020 das funções Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo das cidades de Lavras, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho e Itutinga,

4.1. Análise do orçamento do Município de Lavras

No município de Lavras para o ano de 2018 foi estimada uma receita ordinária de R\$ 84.266.710,56 para custeio de diversas despesas que são responsabilidades de uma administração municipal. Dentre elas foi estimado para a função Educação um valor de R\$17.309.220,00 que representa 20,54% dos recursos ordinários. Para a função Agricultura, por sua vez, o valor estimado foi de R\$52.810,00 o que representa 0,06% dos recursos.

Na função Saúde a gestão orçou um total de R\$ 39.200.201,00 sendo este um percentual de 46,50% dos recursos. Para a função Assistência Social ficou previsto um valor de R\$ 3.463.795,00 referente a 4,11% do orçamento, na função Esportes e Lazer tem-se o valor de R\$ 465.674,68 que representa 0,55% dos recursos ordinários. Por fim, a função Obras, especificamente, Urbanismo tem-se o valor de R\$ 4.021.956,00 representando um percentual de 4,77%

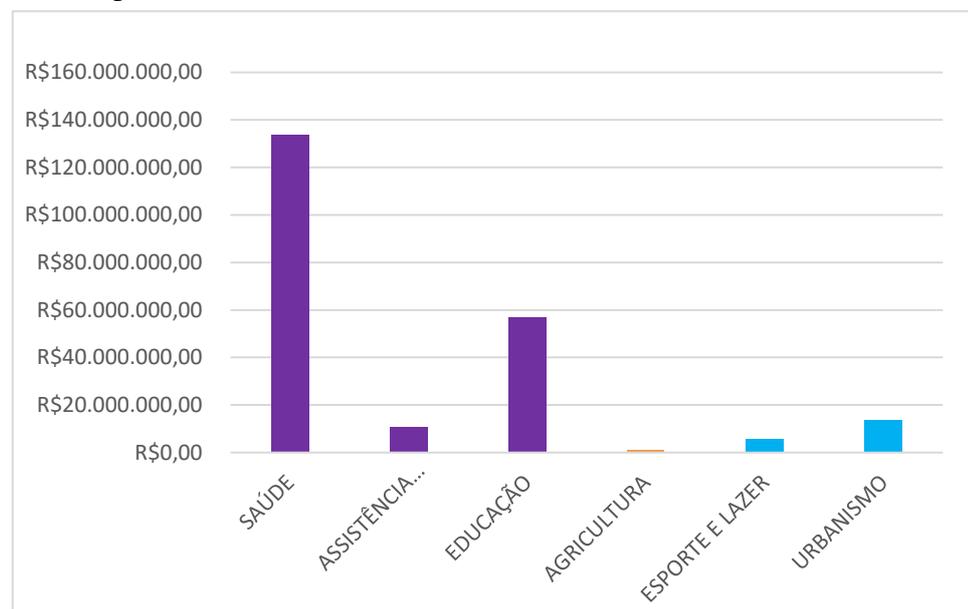
Para o ano de 2019 foi prevista uma receita orçamentaria própria de R\$86.573.023,51 cerca de R\$2.000.000,00 a mais que o ano anterior. Nesse contexto, tem-se que para a função Educação foram destinados R\$ 17.645.389,71 o que se refere a 20,30% do orçamento. Para a função Agricultura o valor previsto foi de R\$592.066,76 sendo 0,68% do total. A função Saúde, por sua vez, ficou representada por 50,58% sendo R\$43.796.495,68 destinados para a área. Na Assistência Social foi previsto um valor de R\$ 3.559.984,20 que é um percentual de 4,11%. Esportes e Lazer ficou representado por 0,70% equivalendo a R\$4.763.620,00. Na função Urbanismo o município de Lavras fixou um total de R\$ 4.763.620,00 o equivalente a 5,50% do orçamento.

No ano de 2020 foi previsto um valor de R\$ 99.837.251,97 cerca de R\$13.000.000,00 a mais que o ano anterior. A partir disso, foram previstos R\$ 22.063.713,38 para a função Educação equivalendo a um percentual de 22,09%, para a função Agricultura os recursos destinados foram no valor de R\$530.324,55 cerca de 0,53%. Para a função Saúde, por sua vez, ficou destinado um valor de R\$50.697.706,68 o que representa 50,7% dos recursos. Na Assistência Social foram previstos R\$3.885.884,22 que são 3,89% das receitas ordinárias. A

função Esportes e Lazer teve um orçamento de R\$529.704,20 representando 0,53% do orçamento. Por fim, o setor de Urbanismo teve um orçamento de R\$ 4.650.503,11 que equivale a 4,65% do orçamento.

Diante dessas informações é possível obter um panorama do valor previsto por função, esse dado será mostrado no gráfico 2. Além disso, também é plausível, a partir dos valores encontrados compreender qual a média percentual do orçamento aplicada em cada função, essa média será mostrada no gráfico 3.

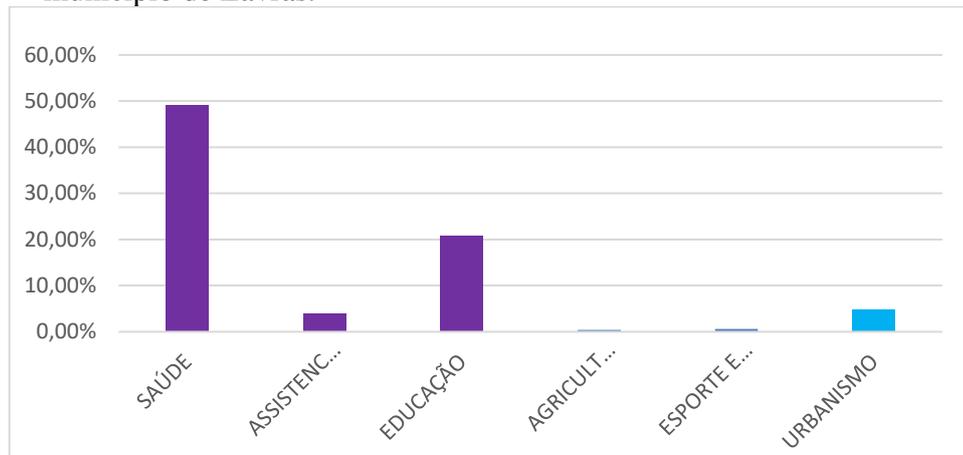
Gráfico 2- Valor previsto aproximado por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Lavras.



Fonte: Da autora (2021)

Percebe-se pelo gráfico 2 que a função saúde ficou com grande parte do orçamento cerca de R\$130.000,00. Educação com cerca de R\$50.000,00 também está entre as funções que mais oneram o município de Lavras. Assistência Social e Urbanismo ficaram com um valor previsto na média de R\$15.000,00 e por último as funções menor onerosas são Agricultura e Esporte e Lazer .

Gráfico 3- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Lavras.



Fonte: Da autora (2021)

Analisando os dados orçamentários e levando-se em conta o quadro 2, o município de Lavras no mandato de 2017 a 2020 teve um prefeito como chefe do executivo, cerca de 17,64% de mulheres eleitas vereadoras e mulheres chefiando 70% das secretarias municipais, as quais são Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Educação, Meio Ambiente, Obras e Saúde. Nesse contexto, apresentam-se algumas constatações acerca do planejamento orçamentário das funções que compõem a organização e o funcionamento de uma Administração Pública Municipal.

A função que mais obteve recursos orçamentários nesse período foi a Saúde em que a média de alocação no mandato foi de 50%, equivalente a cerca de R\$130.000.000,00 dentre os recursos ordinários. Seguida pela função Educação que despendeu cerca de R\$ 58.000.000,00 correspondente a uma média de pouco mais de 20% do total, percebe-se que essas são as funções que foram alocados mais recursos durante o mandato.

Na função Assistência Social foi alocado um valor aproximado de R\$10.000.000,00 correspondente a cerca de 4% do orçamento total. A função Urbanismo também tem valores bastante parecidos com a Assistência Social não ficando tão prioritário no governo.

Por fim, tem-se as funções Esporte e Lazer com 0,59% do orçamento e Agricultura com 0,42% Essas funções têm uma representatividade de menos de 1% na previsão orçamentária do governo sendo os menos prioritários da gestão.

4.2. Análise do orçamento do município de Nepomuceno

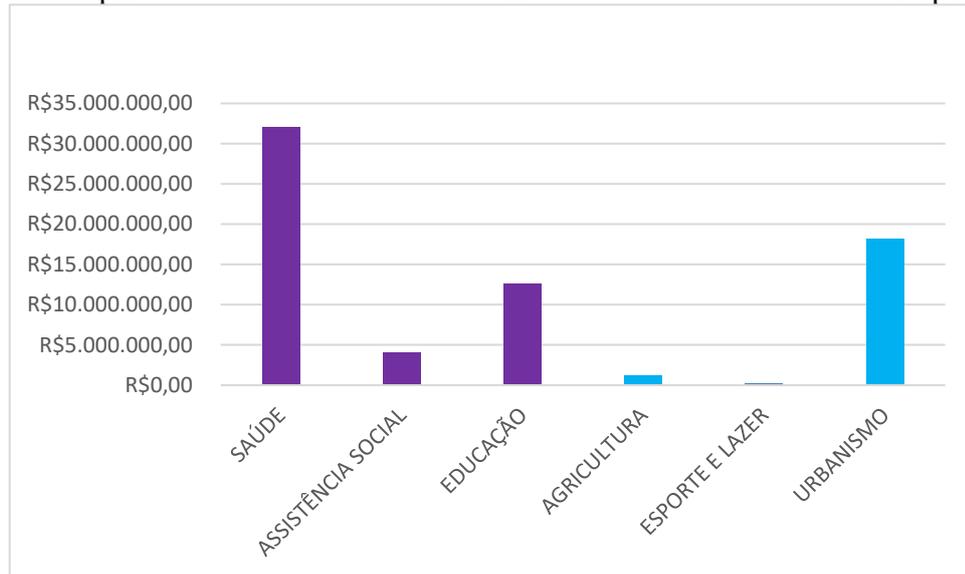
A previsão orçamentária de receitas próprias do município de Nepomuceno para o ano de 2018 foi de R\$25.058.402,08. Nesse contexto, foram destinados R\$ 3.479.862,81 para a função Educação que representa 13,8% do orçamento, no que tange a função Agricultura o valor previsto foi de R\$330.500,00 sendo 1,31% do total. Para a Saúde foram previstos cerca de R\$8.906.654,63 o que equivale a 35,54%. No setor de Assistência Social o valor foi de R\$ 1.482.800,00 que representa um percentual de 5,9%. Para a função Esporte e Lazer foram destinados R\$14.500,00 equivalendo a 0,06% do orçamento. No setor de Urbanismo o município previu um valor de R\$ 5.655.739,26 sendo 22,5% do percentual.

De acordo com a previsão do total de receitas próprias em 2019 o município de Nepomuceno arrecadou R\$30.717,671,81. No seguimento da Educação foram destinados 13,88% desse valor o que equivale a R\$4.263.838,97. Para a função Agricultura o valor foi de R\$ 427.676,58, o mesmo que 1,39%. Para a Saúde o valor foi de 11.584.125,19 equivalente a 37,7% do total. A função Assistência Social foi representada por 4,16% do orçamento proporcional, a R\$1.287.350,00. Para a função Esporte e Lazer foi previsto um valor de R\$83.200,00 sendo 0,27% e para o setor de Urbanismo foram destinados R\$ 6.713.000,00 sendo 21,85% do orçamento

Para o ano de 2020 a previsão orçamentária de Nepomuceno foi de R\$ 31.680.443,27 a partir desse orçamento foram estipulados R\$ 4.787.153,43 para o setor de Educação proporcional a 15% do orçamento. No setor de Agricultura o percentual foi de 1,25% somando um valor de R\$ 397.300,00. Para a área da Saúde foram destinados R\$11.592.825,19 cerca de 36,5 %. A função Assistência Social teve um orçamento de R\$ 1.287.979 o que representa 4,06%. Esportes e Lazer tiveram um orçamento de R\$ 122.600,00 o equivalente a 0,38%. Por fim, para a função Urbanismo foram destinados R\$ 5.797.900,00 proporcional a 18, 30%.

De forma a compilar os valores por função dos três anos o gráfico 4 irá mostrar a quantia prevista. Se torna interessante também, mostrar a média de gastos por função dentro do orçamento de modo a ilustrar melhor de que forma foram alocados os recursos, essa média será mostrada no gráfico 5.

Gráfico 4- Valor previsto aproximado por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Nepomuceno

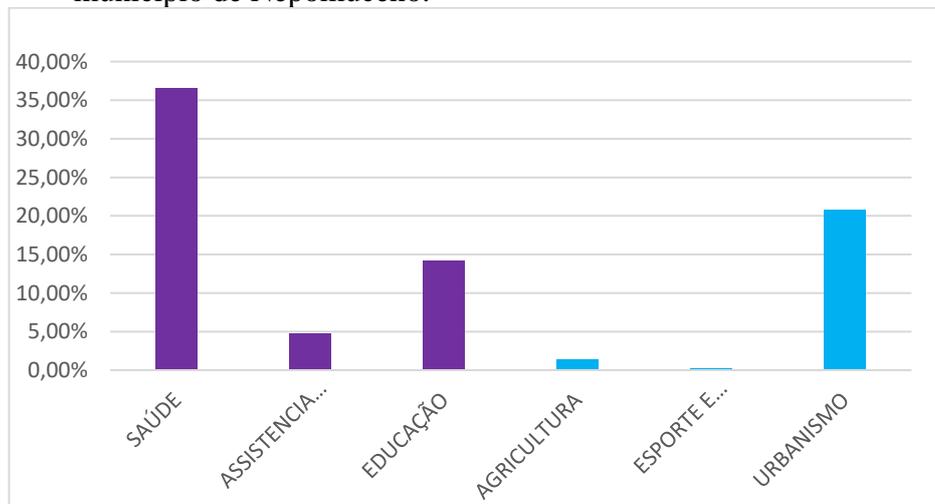


Fonte: Da autora (2021)

A partir do gráfico 4 compreende-se que a função mais onerosa é a saúde com um dispêndio de um pouco mais de R\$30.000,00 do orçamento, seguida por Urbanismo com quase R\$20.000,00 de recursos previstos sendo as funções que mais oneram o orçamento.

Educação com menos de R\$15.000,00 é seguida por Assistência Social com um valor previsto de quase R\$5.000.000,00. Agricultura e Esporte e Lazer são as funções menos onerosas no mandato estudado.

Gráfico 5- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Nepomuceno.



Fonte: Da autora (2021)

No mandato de 2017-2020, de acordo com o quadro 2, Nepomuceno teve como chefe do executivo uma prefeita, 0% de representação feminina na Câmara Municipal, além de ter 40% de mulheres chefiando as secretarias municipais de Fazenda, Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. A partir desse contexto as previsões orçamentárias feitas durante esse período são as seguintes:

A função saúde foi a prioritária no governo ficando com uma média de pouco mais de 35% durante esse período somando um valor aproximado de R\$32.000.000,00. A segunda função prioritária para a gestão foi Urbanismo com uma média de 20% do orçamento do mandato.

A função Educação foi a terceira mais priorizada ficando com 15% do orçamento do período sendo cerca de R\$14.000.000,00. Na Assistência Social a gestão alocou cerca de 5% dos recursos não sendo muita prioridade no governo. Na função Agricultura foi alocada uma média de 1,31% e Esporte e Lazer 0,58%, sendo as áreas menos priorizadas no governo.

4.3. Análise do orçamento do município de Ribeirão Vermelho

No município de Ribeirão Vermelho em 2018 o orçamento, de acordo com as receitas próprias, foi de R\$ 7.743.015,00 entre as despesas o valor destinado para a função Educação foi equivalente a 21,40% o que em valores significa R\$ 1.661.270,00. No setor de Agricultura, o valor orçado foi de R\$ 26.500,00 proporcional a 0,34% do orçamento. Para a função Saúde foram destinados R\$ 3.758.785,00 referente a 48,5%. A área de Assistência Social ficou sendo representada por 6,9% em valores esse percentual equivale a R\$537.700,00. No setor de Esporte e Lazer o orçamento foi de R\$ 30.500,00 sendo 0,39% do orçamento. Já para o setor de Urbanismo o valor orçado foi de R\$ 1.220.500,00 representando 15,76% do total.

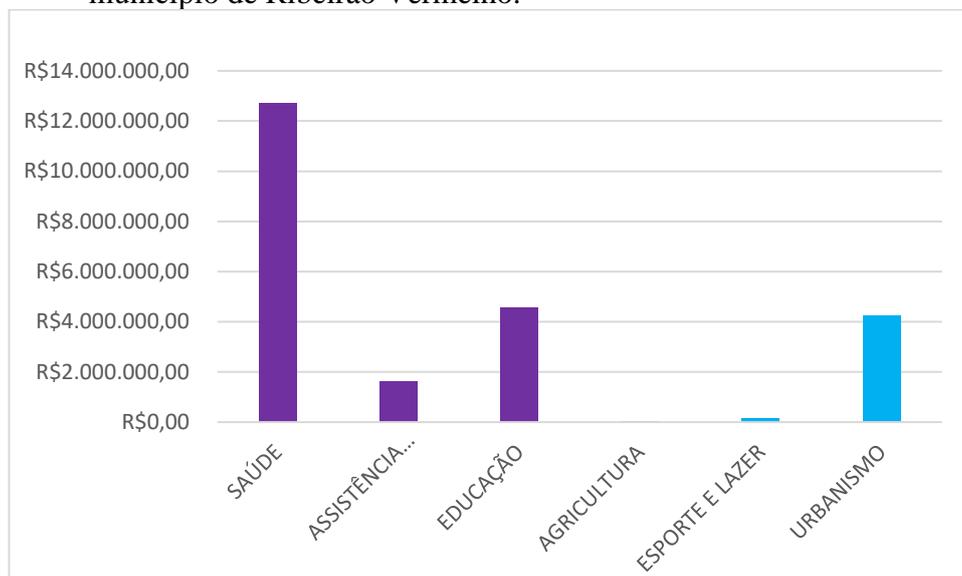
Para o ano de 2019 o município planejou seu orçamento, baseado nos recursos próprios, em R\$ 8.214.350,00. Analisando as áreas que dependem recursos tem-se que a função Educação nesse ano ficou com um percentual de 17,75% o que equivale a um valor de R\$ 1.458.200,00, para o setor de Agricultura foi destinado um valor de R\$ 4.000,00 representando 0,05%. A função Saúde representa 51,7% do orçamento total o equivalente a R\$ 4.248.000,00 em valores. Para a função Assistência Social foi orçado um valor de R\$ 511.600,00 proporcional a 6,22% do total, a área de Esportes e Lazer ficou representada por 0,44% do

orçamento sendo um valor de R\$36.500,00. Por fim, para o setor de Urbanismo foi destinado um valor de R\$ 1.583.00 representando 19,27% do total.

No ano de 2020 o orçamento no município de Ribeirão Vermelho- apenas para recursos ordinários- foi de R\$ 7.954.480,00. Nesse cenário o valor destinado para a área de Educação foi de R\$ 1.434.810,00 o que equivale a 18,03% dos recursos, no setor de Agricultura ao valor foi de R\$ 4.000 sendo 0,05%. A função Saúde ficou representada por um percentual de 58,09% do orçamento o proporcional a R\$4.690.220,00. Para a função Assistência Social foram destinados R\$ 579.000,00 o equivalente a 7,27%. Esportes e Lazer ficaram com um percentual de 0,91% sendo um valor de R\$73.000,00 e para o setor de Urbanismo o valor destinado foi de R\$ 1.451.000 o equivalente a 18,24%.

Diante dos dados orçamentários de Ribeirão Vermelho é possível compilar os valores por função dos três anos, que será mostrado no gráfico 6. O gráfico 7 irá mostrar qual a média percentual que cada função teve dentro do orçamento do mandato.

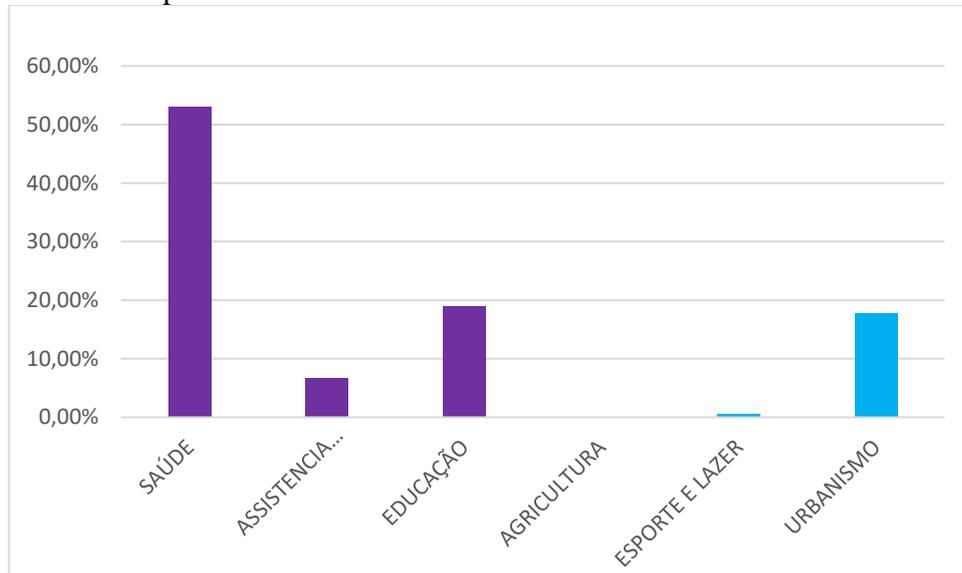
Gráfico 6-Valor previsto aproximado por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Ribeirão Vermelho.



Fonte: Da autora (2021)

O gráfico 6 demonstra que o maior valor previsto está na função Saúde com mais de R\$12.000.000,00 sendo a função prioritária do governo. Seguida por Educação com um valor de mais de R\$4.000.000,00 e Urbanismo. Para a Assistência Social foi previsto um valor de cerca de R\$2.000.000,00. Agricultura Esporte e Lazer foram as funções menos onerosas como pode-se perceber.

Gráfico 7- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Ribeirão Vermelho.



Fonte: Da autora (2021)

O município de Ribeirão Vermelho no período de 2017 a 2020, de acordo com o quadro 2, teve como chefe do executivo uma prefeita, 11,1% de mulheres eleitas para o cargo de vereadora e 50% de mulheres chefiando as secretarias municipais nas funções Saúde, Assistência Social e Educação .

Analisando a previsão orçamentária por função do mandato, tem-se que o setor mais priorizado foi Saúde com uma média de mais de 50% dos recursos destinados para a área. A segunda prioridade do governo foi o setor de Educação com aproximadamente 20% do orçamento total do município no mandato. A função Urbanismo quase se iguala a função educação na média percentual, também sendo considerada com uma das três primeiras prioridades da gestão.

Para a Assistência Social ficou prevista uma média de 5% do orçamento nesse período da gestão. Esporte e Lazer ficaram com uma média de 0,58% e Agricultura 0,14% sendo as funções que obtiveram menos recursos no município de Ribeirão Vermelho.

4.4. Análise do orçamento do município de Itutinga

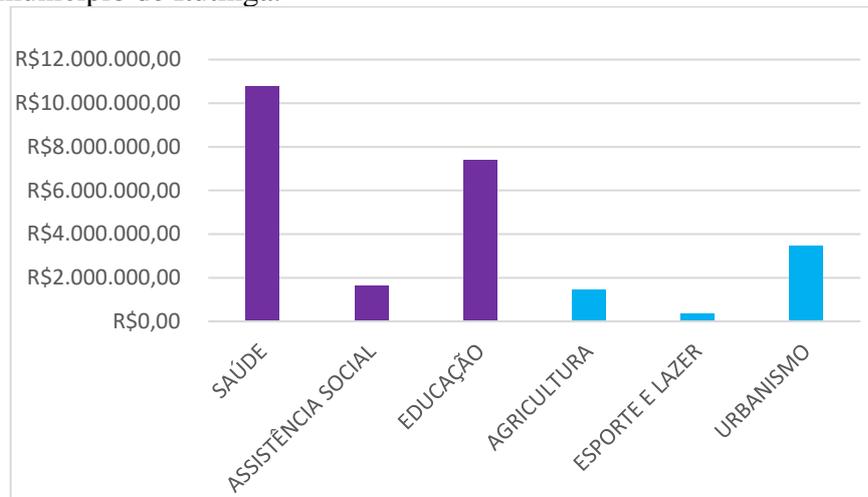
No ano de 2018 o orçamento de Itutinga – apenas recursos ordinários- foi de R\$ 9.998.510,92, dentre as despesas para a função Educação foi destinado um valor de R\$2.201.000,00 o equivalente a 22,01% do orçamento, já para o setor de Agricultura o valor foi de R\$391.000,00 cerca de 3,91%. Na função Saúde o valor dos recursos foi de R\$ 3.513.184,17 equivalente a 35,13%. Para a Assistência Social foi orçado um valor de R\$ 498.400,00 proporcional a 4,9%. No setor de Esportes e Lazer foram destinados R\$ 110.000,00 o que representa 1,10% do orçamento. Por fim, para o setor de Urbanismo foram orçados R\$ 1.029.000,00 o equivalente a 10,29% do total.

No ano de 2019 o município teve um orçamento previsto- baseado em recursos próprios- em R\$ 11.250.177,44, para o custeio das despesas com Educação foi previsto um valor de R\$ 2.808.000,00 o que equivale a 24% do orçamento, para o setor de Agricultura foram destinados R\$ 457.000,00 proporcional a 4,06%. Para a função Saúde foi previsto um valor de R\$3.640.700,56 o equivalente a 32,36% do orçamento. Na função Assistência Social o valor orçado foi de R\$ 540.600,00 o que representa 4,8% do orçamento. Esportes e Lazer ficaram com o equivalente a 0,97% sendo um valor de R\$110.000,00. Por fim, para o setor de urbanismo foi previsto um valor de R\$ 1.130.000 o que representa 10,04% do orçamento.

Para o ano de 2020 o orçamento de Itutinga -baseado nos recursos próprios- foi de R\$11.414.414,03 dentre esse total a função Educação ficou com um orçamento de R\$ 2.359.000,00 o que representa 20,66% do orçamento, para o setor de Agricultura o valor orçado foi de R\$ 607.000,00 equivalente a 5,31%. Para a função saúde foi previsto um valor de R\$ 3.636.875,96 o que representa 31, 86%, na Assistência Social foram previstos R\$ 602.758,59 o que equivale a 5,28%. Esportes e Lazer ficaram com um valor de R\$ 110.000,00 sendo 0,96% e para o setor de Urbanismo o valor foi de R\$ 1.317.132,00 equivalendo a 11,53% do orçamento.

A partir dos valores e médias orçamentárias acima é possível ilustrar quais os valores previstos por função no mandato, que será feito no gráfico 8, e a média percentual de cada função para os três anos, que será mostrada no gráfico 9.

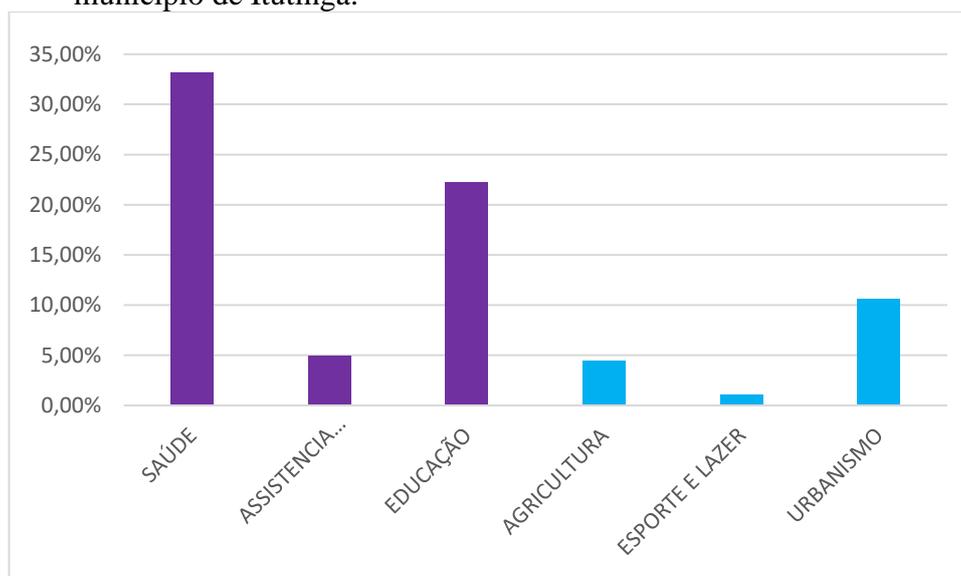
Gráfico 8- Valor previsto aproximado por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Itutinga.



Fonte: Da autora (2021)

A partir do gráfico 8 compreende-se que o maior valor previsto foi na função Saúde pouco mais de R\$10.000.000,00, seguido pela função Educação com um valor aproximado de R\$ 8.000.000,00. Urbanismo foi a função na terceira prioridade do governo com cerca de R\$3.000.000,00. Assistência Social com menos de R\$2.000.000,00 assim como Agricultura e Esporte e Lazer com um valor e menos de R\$1.000.000,00.

Gráfico 9- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Itutinga.



Fonte: Da autora (2021)

O município de Itutinga no mandato de 2017 a 2020, de acordo com o quadro 2, teve como representante do executivo um prefeito, 0% de representação feminina na Câmara Municipal e 61% de mulheres chefiando as secretarias municipais nas funções Administração, Esporte, Lazer, Educação, Assistência Social, Cultura, Planejamento, Recursos Humanos, Saúde, Turismo e Habitação.

A partir desse contexto, nesse período o planejamento orçamentário para com as funções da Administração Pública Municipal ficou da seguinte forma:

Cerca de 35% foi alocado na função Saúde sendo a prioridade do governo como pode ser visto no gráfico 9. O setor de Educação com pouco mais de 20% de recursos alocados no mandato também faz parte das prioridades da gestão juntamente com Urbanismo pouco mais de 10%.

Itutinga alocou cerca de 5% dos recursos em Agricultura diferenciando-se dos outros municípios estudados que alocaram menos até pouco mais de 1% para essa função. Na Assistência Social a gestão alocou 5 % dos recursos, sendo uma prioridade de igual valor ao Urbanismo para a gestão.

Por fim, o prefeito de Itutinga alocou um pouco mais de 1% em Esporte e Lazer o que diferencia também dos outros municípios que alocaram menos de 1% dos seus recursos para essa função.

4.5. Análise geral do orçamento dos municípios a partir do contexto da participação feminina como chefe do executivo e na Câmara Municipal.

Nesta seção apresenta-se a análise comparativa dos valores orçados para cada função governamental nos municípios da amostra. De forma acessória, procurou-se caracterizar a presença feminina como chefe do executivo e também na Câmara Municipal. A tabela 2 traz uma síntese das médias orçamentárias por função dos municípios estudados, levando-se em conta a tese de Funk e Philips (2019) que intitula funções tipicamente femininas e funções tipicamente masculinas.

Tabela 2- Análise geral das médias de gastos ordinários proporcionais por função dos municípios estudados no período de 2017 à 2020

Município	Porcentagem de mulheres no legislativo	Funções Tipicamente Femininas			Funções Tipicamente Masculinas		
		Média Saúde	Média Educação	Média Assistência Social	Média Agricultura	Média Esporte e Lazer	Média Urbanismo
Lavras (prefeito)	17,64%	49,26%	20,9%	4,03%	0,42%	0,59%	4,9%
Itutinga (prefeito)	0%	33,11%	22,2%	4,9%	4,42%	1,01%	10,62%
Nepomuceno (prefeita)	0%	36,58%	14,2%	4,71%	1,31%	0,23%	20,8%
Ribeirão Vermelho (prefeita)	11,1%	53,03%	19,06%	6,79%	0,14%	0,58%	17,75%

Fonte: Da autora (2021)

A partir da tabela 2 é possível fazer uma análise comparativa dos gastos médios por função dos municípios estudados, levando-se em conta a presença feminina na prefeitura e na Câmara Municipal.

Na função Saúde o município que mais alocou recursos foi Ribeirão Vermelho em que no mandato 207-2020 teve como chefe do executivo uma prefeita e 11,1% de mulheres vereadoras. A segunda maior média de alocação na Saúde é no município de Lavras que no período estudado teve um homem como prefeito e 17,64% de mulheres vereadoras.

A terceira maior média na Saúde é no município de Nepomuceno, que no mandato estudado teve uma mulher como prefeita e 0% de mulheres como vereadoras. Por fim, a menor média de alocação na saúde foi no município de Itutinga, que no período tinha um homem como prefeito e 0% de mulheres vereadoras.

Na função Educação a maior média de alocação de recursos foi no município de Itutinga, a segunda maior média foi no município de Lavras, a terceira maior média foi no município de Ribeirão Vermelho e a quarta maior média no município de Nepomuceno. Percebe-se que as maiores médias foram em municípios com prefeito, dentre elas a maior foi em Lavras que possui 17,64% de mulheres vereadoras e as menores médias em municípios com prefeitas e entre eles o que aplicou mais recursos em Educação foi Ribeirão Vermelho com 11,1% de mulheres vereadoras.

Na função Assistência Social a maior média de alocação de recursos é no município de Ribeirão Vermelho, a segunda maior em Itutinga, a terceira maior em Nepomuceno e a quarta maior em Lavras. Percebe-se aqui que a maior média foi em um município com prefeita e 11,1% de vereadoras, porém a segunda maior média foi em um município com prefeito e nenhuma vereadora.

Na função Agricultura a maior média foi no município de Itutinga sendo representado por prefeito e 0% de vereadoras, segunda maior média em Nepomuceno sendo representado por prefeita e 0% de vereadoras, terceira maior média Lavras sendo representado por prefeito e 17,64% de vereadoras e quarta maior média Ribeirão Vermelho sendo representado por prefeita e 11,1% de vereadoras.

Na função Esporte e Lazer o município que mais alocou recursos foi Itutinga, em segunda posição temos Lavras, em terceira Ribeirão Vermelho e em quarta Nepomuceno. Percebe-se que as duas maiores médias são em municípios com prefeito chefiando o executivo.

Por fim, na função Urbanismo o município que mais aloca recursos é Nepomuceno seguido de Ribeirão Vermelho, Itutinga e Lavras alocando menos recursos nessa área. Percebe-

se que os municípios que mais alocam orçamento para essa função são aqueles com prefeita como chefe do executivo.

A partir de toda a análise feita foi possível compreender, descrever e fazer uma análise geral dos gastos por função em cada município, de modo a obter certas conclusões a cerca do planejamento do gasto público.

5. CONCLUSÃO

O trabalho propôs a estudar as características do planejamento orçamentário do mandato de 2017-2020 para quatro municípios da microrregião de Lavras, de modo a compreender se a participação feminina, tanto no executivo quanto no legislativo tem alguma influência na alocação de gastos de funções governamentais. Foram identificadas algumas tendências de alocação de gastos em certas funções em municípios com uma maior participação feminina.

O estudo objetivou identificar os percentuais gastos em seis funções que compõem a administração pública municipal, os quais foram identificados por meio de pesquisas no site oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e sites oficiais das prefeituras municipais.

A partir de uma maior participação feminina na política e nos cargos de gestão pública foram surgindo pesquisas que procuram entender se a gestão feminina trás ou não diferenciações para a administração pública local e se as mulheres eleitas governam em prol da classe feminina. O referencial teórico deste trabalho destacou autores que pesquisaram sobre o tema e encontraram constatações de que mulheres têm uma atenção maior em áreas ditas sociais, como saúde e educação.

Por meio de análise de dados orçamentários foram encontrados resultados que possibilitaram compreender uma tendência de municípios com uma maior participação feminina alocar mais recursos em Saúde. Observou-se, ainda, que a presença de mulheres na Câmara Municipal traz uma propensão maior de alocação de recursos em Educação.

Na Assistência Social não se pode afirmar uma tendência de alocação maior para essa área diante da participação feminina, uma vez que o município que mais aloca recursos é aquele que possui prefeita e 11,1% de vereadoras, mas o segundo maior é aquele que possui prefeito e 0% de vereadoras.

Nas funções Agricultura e Esporte e Lazer percebe-se uma maior tendência de alocação de recursos em municípios com prefeito ou com 0% de representação feminina na Câmara Municipal. Por fim, na função Urbanismo os municípios que mais alocaram recursos foram aqueles com prefeita o que vai contra a tese de Funk, Philips (2019), em que essa função não é intitulada como preferencial em uma gestão feminina.

O estudo foi limitado a uma análise sobre quatro municípios diante da grande quantidade de dados orçamentários para serem analisados, além disso, foi feita uma pesquisa descritiva

limitando-se a uma caracterização dos municípios, não sendo realizado o teste estatístico das hipóteses.

Esta pesquisa mostra-se relevante por caracterizar e diferenciar o modo de gestão entre uma mulher e um homem, demonstrando funções que são prioritárias em cada gestão. Além disso, o estudo deixa possibilidades para estudos futuros em que municípios de outras regiões sejam estudados, que as hipóteses sejam testadas estatisticamente, obtendo assim resultados de maior precisão. O estudo abre precedente também para estudar quais as características dos municípios que detém uma maior participação feminina na gestão pública, além de poder estudar quais as áreas que municípios de diferentes tamanhos tendem a priorizar em seus planejamentos orçamentários.

Fica claro, portanto, a importância da pesquisa para a compreensão de diferentes formas de gestão do orçamento público municipal a partir de um viés de gênero, que abre precedentes para diversos estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.

AFONSO, José Roberto. Orçamento público no Brasil: história e premência dereforma. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, v. 17, n. 1, p. 9-28, 2016.

Alexander, Amy C. 2012. “Change in Women’s Descriptive Representation and the Belief in Women’s Ability to Govern:

ALMEIDA, A. G. A utilização das hashtags como instrumento de divergência ao discurso feminista. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, 5., 2019, São Cristóvão, SE. Anais eletrônicos [...]. São Cristóvão, SE: LINC/UFS, 2019. p. 1-13.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira-quem vota? quem se candidata?. cadernos pagu, n. 43, p. 119-167, 2014.

BAKER, Eduardo. Cidadania e direitos políticos durante os primeiros anos da Revolução Francesa (1788-1790). Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 9, n. 2, p. 244-265, 2017.

BANDELI, Rodrigo Cesar. A importância da elaboração do Plano Plurianual (PPA) como ferramenta de planejamento orçamentário. 2018.

BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX. Unesp, 2005.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Um modelo econômico de democracia representativa. *The Quarterly Journal of Economics* , v. 112, n. 1, pág. 85-114, 1997.

BOLÉO, Luísa de Paiva. Ana Pimentel—a primeira mulher à frente de uma capitania no Brasil. In: O rosto feminino da expansão portuguesa: Congresso Internacional. Actas I e II.2013

BOLZENDAHL, Catherine; COFFE, Hilde. Citizenship beyond politics: the importance of political, civil and social rights and responsibilities among women and men 1. *The British Journal of Sociology*, v. 60, n. 4, p. 763-791, 2009.

BRATTON, Kathleen A.; RAY, Leonard P. Descriptive representation, policy outcomes, and municipal day-care coverage in Norway. **American Journal of Political Science**, p. 428-437, 2002.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 2016, 122: 28-45.

CABRAL, Kerla Fabiana Dias; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Investigação dos Níveis de Eficiência na Alocação dos Recursos Públicos Após O Pacto Pela Saúde. **RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 1, 2014.

CHATTOPADHYAY, Raghavendra; DUFLO, Esther. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. *Econometrica*, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004

CÓCOLO, Natalia Tsuyama. Os investimentos em infraestrutura nos municípios mineiros de pequeno porte. 2019.

COELHO, Rebeca do Nascimento. Contextos de participação política de mulheres: as candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenelle (1985) e Luizianne Lins (2004). 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CORRÊA, Beatriz da Cruz Nascimento. Gênero, mídia e estereótipos: uma análise da representação da presidenta Dilma Rousseff. 2014

COSTA, Caio César de Medeiros et al. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

COURTEMANCHE, Marie; GREEN, Joanne Connor. The influence of women legislators on state health care spending for the poor. *Social Sciences*, v. 6, n. 2, p. 40, 2017.

COUTINHO, R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: Novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, vol.16, n.1, 2011. pp.61-79.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo et al. Capacidade financeira dos municípios paulistas em atender às metas de educação infantil do Plano Nacional de Educação. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 1, p. 59-82, 2019.

da Frota, G. B., Maia, L. A., Xavier, M. G. A., de Oliveira Gomes, M. C., & Sena, M. D. G. F. (2016). A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE CONEXÃO NO PLANEJAMENTO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE. *Revista Mineira de Contabilidade*, 2(26), 34-41.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

DA SILVA CORRALO, Giovani; KEMMERICH, Jonathã. A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 1, 2016.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Alameda Casa Editorial, 2018.

DE FARIA BARBOSA, Claudia. *As Mulheres na Política Local: Entre as Esferas Pública e Privada*. Editora Appris, 2019.

DE OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antonia. *O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas*. 2014.

DE RESENDE, Antônio José Calhau. Autonomia municipal e lei orgânica. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 10, n. 15, p. 7-42, 2019.

DE SANTANA, Ana Paula Oliveira Cacho. NÍSIA FLORESTA. *Revista de estudos jurídicos do UNI-RN*, n. 1, p. 45-45, 2015.

DELGADO, Rodrigo Morais Lima et al. *Contribuição das emendas parlamentares ao orçamento do Sistema Único de Assistência Social*. 2017.

DOS SANTOS, Carolinne Nhoato; TAFFAREL, Claridê Chitolina. Autonomia municipal, poder local e participação popular. *Revista Justiça do Direito*, v. 27, n. 2, p. 275-297.2013

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da ação política em uma democracia. *Jornal de economia política*, v. 65, n. 2, pág. 135-150, 1957.

FERREIRA, Fernando; GYOURKO, Joseph. O gênero é importante para a liderança política? O caso dos prefeitos dos EUA. *Journal of Public Economics*, v. 112, p. 24-39, 2014.

FUNK, Kendall D.; PHILIPS, Andrew Q. Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments. *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 1, p. 19-33, 2019.

GALETTI, Camila Carolina H. *Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo*. Anais do 18º Encontro da REDOR. Recife: UFRPE, 2014.

Galiza, Leandro Felipe. *Os desafios da integração entre os instrumentos de planejamento orçamentário: PPA, LDO e LOA: estudo de caso do município de Nilópolis/RJ*. Diss. 2014.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLTZ-BACHA, Christina. *Quem cuida das crianças?: a representação das mulheres do alto escalão político pelos mídia*. 2013.

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> >> acesso em 10/07/2020

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

KITTILSON, Miki Caul. Representing women: The adoption of family leave in comparative perspective. *The Journal of Politics*, v. 70, n. 2, p. 323-334, 2008.

KOCH, Michael T.; FULTON, Sarah A. In the defense of women: Gender, office holding, and national security policy in established democracies. *The Journal of politics*, v. 73, n. 1, p. 1-16, 2011.

LEITE FILHO, Geraldo A.; FIALHO, Tânia MM. Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. In: **CONGRESSO USP—CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2015.

LEITE, Harrison Ferreira. *Autoridade da lei orçamentária*. Livraria do Advogado Editora, 2018.

LIMA, Luciana Leite et al. Plano Plurianual como proxy para medir capacidades estatais: um estudo sobre o planejamento governamental nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, 2020.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 70, 2019.

MEDEIROS, Jéssica Rodrigues de. Planejamento municipal: comparação entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual do município de Arroio do Sal/RS. 2019.

MEIER, Kenneth J.; FUNK, Kendall D. Women and public administration in a comparative perspective: The case of representation in Brazilian local governments. *Administration & Society*, 2017, 49.1: 121-142.

MENDES, Juliana Maia. *As porteiras foram abertas: Cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MENUCCI, Julia Monfardini. MOVIMENTO SUFRAGISTA E A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL. In: *I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos*. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Diretoria Financeira – DIFIN Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE Coordenação de Operacionalização do Fundeb – COPEF

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

NASCIMENTO, José Orcélio do et al. A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. In: *Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*. 2015.

PAINE, Thomas. *Os direitos do homem: uma resposta ao ataque do Sr. Burke à Revolução Francesa*. Editora Vozes, 2019.

PIRES, Maria Coeli Simões. O município no federalismo brasileiro: constrangimentos e perspectivas. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 8, n. 13, p. 55-84, 2019.

RAMOS, Daniela Peixoto. A família e a maternidade como referências para pensar a política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 87-120, 2015.

RAMOS, Manuela de Azevedo Bezerra Vitor. *Mulheres na liderança: o impacto de se eleger uma mulher sobre a gestão do Programa Bolsa Família*. 2014.

RIBEIRO, Cristiane. **EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO BRASIL**.2017

SANTOS, Luiza Chaves. "Sufrágio Feminino E Democracia No Brasil." TCC.2017

SCHPUN, Mônica Raisa et al. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *cadernos pagu*, 2015.

SILVA, Enrico Paternostro Bueno da et al. A teoria social crítica de Nancy Fraser: necessidade, feminismo e justiça. 2013.

SILVA, Joanna Eduarda de Sousa et al. Análise das receitas previstas e realizadas: um estudo nos municípios paraibanos no ano de 2017. 2018.

SIMÃO, Juliana Barby; ORELLANO, Veronica Ines Fernandez. Um estudo sobre a distribuição das transferências para o setor de saúde no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 1, p. 33-63, 2015.

Site da Universidade Federal de Lavras: <https://ufla.br/noticias/institucional/13457-ufla-sobe-nove-posicoes-no-ranking-greenmetric> Acesso em 02/11/2020

Site IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e> Acesso em 29/05/2020

Site Prefeitura Municipal de Itutinga: <http://itutinga.mg.gov.br/> Acesso em 20/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Lavras: <https://www.lavras.mg.gov.br/> Acesso em 12/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Nepomuceno: <https://www.nepomuceno.mg.gov.br/> Acesso em 12/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho: <https://ribeiraovermelho.mg.gov.br/> Acesso em 20/01/2021

SOUZA, Allana Pereira D.'Ávila. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. REVISTA DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS, v. 2, n. 02, 2018.

SOUZA, Daiane Aparecida Pereira Flor de. Orçamento público: principais problemas enfrentados pelos gestores municipais dos pequenos municípios do estado de São Paulo. 2018.

SOUZA, PF de; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. Liderança Feminina na Gestão Pública: Um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIOLA, Carla Maria Martellote. A “PÓLIS” REPRESENTADA PELA “POIESIS” FEMININA: REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA MULHER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS BRASILEIRA. Lex Cult Revista do CCJF, v. 3, n. 2, p. 165-181, 2019.
VOTO, O. DIREITO DA MULHER AO. XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO–ENANCIB 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; DE OLIVEIRA, Núcia AS. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 861-866, 2015.

ZMITROWICZ, Witold; BISCARO, Cibele; MARINS, K. R. C. C. A organização administrativa do município e o orçamento municipal. **São Paulo: EPUSP**, p. 28, 2013.